

# Estudos de gênero na Educação Física brasileira: entre ameaças e avanços, na direção de uma pedagogia *queer*

*Fabiano Pries Devide*

[...] ao invés de ensinar e reproduzir a experiência da abjeção, o processo de aprendizado pode ser de ressignificação do estranho, do anormal como veículo de mudança social e abertura para o futuro (MISKOLCI, 2015, p. 67).

## Introdução

Início este texto contextualizando sua gênese às celebrações dos 40 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), entidade científica relevante no campo da Educação Física (EF), que incorporou a temática do 'Gênero' aos seus Grupos de Trabalho Temático (GTTs) em 2015. Avalio esta iniciativa como uma colaboração para a área de conhecimento da EF, além de um espaço de reflexão e proposição sobre problemas concretos que afetam a Educação e a EF no Brasil. Corroboro com o CBCE, de que esta publicação comemorativa se traduza em referência para pesquisadorxs<sup>1</sup> sobre temas representativos debatidos no âmbito dos GTTs da entidade, retomando e registrando sua história e memória.

No âmbito dos Estudos de Gênero na EF brasileira, produções desta natureza, reunindo pesquisadorxs que contribuiram e contribuem com os GTTs do CBCE, promove um espaço de diálogo, informação, reflexão e contestação dos discursos conservadores e sem base científica. Recorrentemente reproduzidos, tais discursos têm promovido a interdição

---

<sup>1</sup> Para fins deste texto, à luz da Teoria *Queer*, optamos pelo uso do "x" no intuito de incluímos todxs aqueles que não se enquadram numa visão binária de gênero, assim como evitamos o uso naturalizado e automatizado do masculino para se referir a todos esses grupos.

da circulação dos termos ‘gênero’, ‘sexualidade’, ‘diversidade’, ‘identidade sexual’, ‘identidade de gênero’, entre outros, em documentos oficiais da Educação, assim como sua abordagem pela escola, no intuito de amoldar docentes e instituições, silenciando o espaço político-pedagógico da escola em relação a uma temática socialmente relevante e contemporânea, cotidianamente associada à violência, pela intolerância e o ódio em relação às diferenças.

Resgatando algumas ideias da filósofa Judith Butler (2003), corroboradas pela historiadora Guacira Louro (2004), o termo gênero se constitui num conjunto de significados culturalmente construído sobre um corpo sexuado, não sendo o resultado causal do sexo, nem aparentemente fixo quanto este, pois os sujeitos e seus corpos não são elementos passivos num processo de moldagem de papéis, subvertendo-os e desestabilizando-os cotidianamente. Segundo a autora, a distinção entre sexo e gênero necessita uma descontinuidade ‘radical’ entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos, pois não decorre necessariamente de mulheres a construção de corpos femininos ou de homens, de corpos masculinos, conforme nosso cotidiano nos apresenta.

A partir desta interpretação do gênero e sua distinção do sexo, este texto tem por objetivo promover uma reflexão sobre os Estudos de Gênero na EF, destacando sua relevância para a desconstrução de binarismos e categorias que buscam tornar estáveis identidades fluídas, mutáveis e em construção, localizadas na fronteira e, portanto, que escapam às categorias fixas de masculino ou feminino, heterossexual ou homossexual, homem ou mulher.

O texto está organizado de forma a tecer reflexões sobre os Estudos de Gênero na EF no Brasil e seus avanços nas últimas décadas; apresentar alguns argumentos para se estudar gênero no campo da EF, destacando a escola e o componente curricular da EF na abordagem da temática; destacar o paradoxo da inserção da temática do ‘gênero’ e da ‘sexualidade’ na legislação *versus* a existência de um cenário de vigilância, controle e interdição - nos sentidos atribuídos por Michel Foucault (1987, 2011a) - sobre a circulação dos termos nos documentos oficiais da Educação; apontar a escassez do debate sobre ‘gênero’ e ‘sexualidade’ na formação inicial em EF; e por fim, ressaltar a função da escola na promoção de mudanças sociais através da intervenção pedagógica, com argumentos em prol de uma Pedagogia e um Currículo *Queer*, que incluam a EF, problematizando seus conteúdos generificados.

## Estudos de gênero na educação física no Brasil

Seguindo tendência de outras áreas como História, Psicologia, Educação, Filosofia, Sociologia e Literatura, a EF passou a refletir sobre o Gênero, contestando o argumento que historicamente justificou desigualdades de ordem cultural entre os sexos, a partir de determinantes biológicos, tanto para a inserção, quanto para a vivência nos diversos campos das práticas corporais: administração, treinamento, jornalismo, gestão e a prática em si.

Alavancados pelos Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu*, os Estudos de Gênero na EF iniciam na década de 1980, com ênfase em pesquisas no âmbito da Educação Física escolar (EF<sup>e</sup>), com foco nos papéis e estereótipos de gênero e nos formatos das aulas de EF<sup>2</sup>. Tais pesquisas se consolidam a partir da década de 1990, quando dissertações, teses, artigos e livros ampliam a discussão sobre o tema para além da EF<sup>e</sup>, debruçando-se sobre tópicos como: História das Mulheres, Gestão Esportiva, Representações Sociais, Masculinidades, Mídia Esportiva, Olimpismo, entre outros articulados ao Gênero, promovendo a circulação de estudos no meio acadêmico da EF, até então à deriva de uma literatura própria sobre o tema.

Em levantamento realizado há quase uma década sobre os Estudos de Gênero na EF brasileira, Devide et al. (2011)<sup>3</sup> concluíram que tais produções se organizavam em três correntes: marxista, culturalista (LUZ JÚNIOR, 2003) e pós-estruturalista<sup>4</sup>; e abordavam temáticas como: coeducação, estereótipos de gênero nas práticas corporais, mulheres na gestão esportiva, mecanismos de inclusão e exclusão na EF, História das Mulheres no esporte, representações sociais sobre gênero na mídia esportiva e identidades de gênero na EF<sup>e</sup> e no esporte. Tais pesquisas na EF se debruçavam predominantemente sobre questões que afetavam as mulheres, apresentando algumas lacunas teóricas (GOELLNER, 2015)<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Naquele contexto, os estudos iniciais se debruçaram sobre a organização dxs alunxs por sexo, nos formatos de aulas mistas e separadas por sexo. Posteriormente, também incluíram aulas coeducativas como possibilidade de superação dos formatos anteriores (LOUZADA DE JESUS; DEVIDE; VOTRE, 2008).

<sup>3</sup> O referido levantamento iniciou-se em 2008, sendo publicado na Revista Motriz (DEVIDE *et al.*, 2011).

<sup>4</sup> Os Estudos de Gênero com esta abordagem recebem influências de teóricos como Foucault (1987, 2011a, 2011b), Scott (1995, 2005), Butler (2003) e Louro (2001a, 2001b, 2004). Na EF, surgiram a partir do ano 2000, consolidando-se posteriormente.

<sup>5</sup> Tais lacunas se referem, sobretudo, à confusão conceitual entre os termos 'gênero' e 'sexo'; ao uso de 'identidade de gênero' e 'identidade sexual' como termos sinônimos; ao entendimento de que estudar mulheres era o mesmo que estudar gênero; além da redução dos estudos de gênero aos estereótipos e papéis de sexuais.

Naquele momento identificavam-se poucos livros sobre a temática na literatura da EF, a maioria com foco em estudos sobre Mulheres e publicados após o ano 2000<sup>6</sup>; havia poucos Grupos de Pesquisa (GP) consolidados na EF com linhas de pesquisa em Estudos de Gênero<sup>7</sup>, intelectuais pioneiros com doutoramento na área devido aos PPG *Stricto Sensu* em EF, com destaque para as Instituições de Ensino Superior (IES) como UFRGS, USP, UFSC, Unimep e UGF, além de um número relevante de dissertações e teses<sup>8</sup>.

Refletindo sobre estes dados, somados a estudos posteriores, como o de Sabatel *et al* (2016), nas bases de dados Lilacs e Scielo, entre 2004-2014; e o de Wenez, Schwengber e Dornelles (2017), nos *anais* do CONBRACE e revistas com *qualis* Capes, entre 2001-2015; pode-se afirmar que houve avanços relevantes nos Estudos de Gênero na EF no país, dos quais destacamos: maior coerência conceitual da dimensão relacional do gênero<sup>9</sup> e da contestação da ordem linear sexo-gênero-desejo; consolidação da temática a partir de PPG *stricto-sensu*, aumento do número de eventos científicos<sup>10</sup> e GP<sup>11</sup>, conferindo visibilidade no campo da EF; surgimento de periódicos com números específicos para as temáticas do ‘Gênero’ e ‘Sexualidade’; surgimento de GTTs<sup>12</sup>; ampliação de pesquisas que utilizam a corrente pós-estruturalista<sup>13</sup>; surgimento de temáticas emergentes, como Gênero e Sexualidade, Identidades de gênero (com foco nas masculinidades) e Identidade Sexual (com foco na homossexualidade); pesquisas que utilizam a Teoria *Queer*<sup>14</sup>; novos intelectuais com doutoramento na área ou produ-

<sup>6</sup> Onze, dentre os quatorze livros identificados, apresentavam o foco em Estudos sobre Mulheres, sendo seis coletâneas.

<sup>7</sup> Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: 18 out. 2017.

<sup>8</sup> Fonte: Nuteses. Disponível em: <<http://www.nuteses.ufu.br>>. Acesso em: 18 out. 2017.

<sup>9</sup> Entre as obras com maior reconhecimento da dimensão relacional do gênero, destacamos: ROMERO, PEREIRA (2008), KNIJNIK (2010), KNIJNIK e ZUZZI (2010), DORNELLES, WENETZ, SCHWENGBER (2014, 2017) e DEVIDE (2017).

<sup>10</sup> Destacamos o Seminário ‘Fazendo Gênero’, realizado na UFSC; e o ‘CONBRACE’, organizado pelo CBCE.

<sup>11</sup> Em levantamento recente no Diretório de GP do CNPq, identificamos oito GP na EF com termo ‘gênero’ no título ou com linhas de pesquisa em Estudos de Gênero; e seis GP de outras áreas, com linhas de pesquisa de Estudos de Gênero vinculadas à EF (Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: 18 out. 2017).

<sup>12</sup> Em 2015, o CBCE criou o GTT Gênero na programação do CONBRACE.

<sup>13</sup> Exemplo dessa produção é a obra organizada por DORNELLES, WENETZ, SCHWENGBER (2017).

<sup>14</sup> A Teoria *Queer* surgiu na década de 1990, no contexto norte-americano, com um grupo de intelectuais que, sobre uma perspectiva pós-estruturalista, utiliza uma abordagem desconstrucionista das categorias consideradas estáveis, assim como dos binarismos, sobretudo o da hierarquia entre heterossexualidade/homossexualidade. A Teoria *Queer* considera o masculino e o feminino como interdependentes, fragmentados e plurais, ou seja, cada um contém o outro, carrega seus vestígios e coexiste. Permite pensar a ambiguidade, fluidez e multiplicidade das identidades para além da

zindo conhecimento sobre a temática e por fim, expansão da publicação de livros na EF entre 1995 e 2017<sup>15</sup>, dentre os quais destacamos dezoito obras publicadas após o ano 2000<sup>16</sup>, sendo treze coletâneas, com destaques para autorxs ou organizadorxs com ao menos dois livros na área da EF<sup>17</sup>: Romero (1995, 1997), Romero, Pereira (2008), Votre (1996, 2011), Knijnik (2003, 2010); Knijnik, Zuzzi (2010), Simões, Knijnik (2004), Simões (2003), Devide (2005, 2012, 2017), Souza, Mourão (2013), Mourão, Tavares (2016a, 2016b), Dornelles, Wenzel, Schwengber (2014, 2017).

## Razões para estudar gênero na Educação Física

Por que e para quê estudar o Gênero na EF? Busco elencar alguns argumentos, com base em minha vivência inicial como docente de Redes Públicas de Ensino da Educação Básica; e como docente e pesquisador na área de Estudos de Gênero na EF na Universidade Federal Fluminense, onde mantenho um Grupo de Pesquisa<sup>18</sup> sobre o tema.

O primeiro se refere à necessidade de resgatarmos a função política e pedagógica da instituição escolar, qual seja, de transformação social (SAVIANNI, 2008; LUCKESI, 2010). Num contexto histórico, político e econômico que o país atravessa, quando valores conservadores buscam interditar a abordagem do Gênero nas diferentes esferas, incluindo a Educação, atendendo aos interesses de apenas uma parcela da sociedade; a instituição escolar precisa resistir e lutar pela construção de valores emancipadores. Tal resiliência deve colaborar na transformação desta realidade, combatendo a visão pessimista de que a escola apenas reproduz irrefletidamente uma ideologia produzida pelo Estado, o que em última instância, retira a condição reflexiva de atorxs sociais, no sentido conferido por Coulon (1995), em relação à leitura crítica da realidade que os cerca.

---

lógica binária e da heterossexualidade compulsória. É considerada uma teoria pós-identitária, cujo foco transfere-se das identidades para a cultura, para as estruturas linguísticas e discursivas, e para seus contextos institucionais, que performativamente, constituem o sexo, o gênero e a sexualidade. Os Estudos *Queer* apontam para o que está fora-do-centro ou o estranho, subvertendo noções e expectativas, combatendo normas regulatórias sobre o sexo, que buscam regulá-lo e materializá-lo a partir de uma única ordem: a heterossexualidade (LOURO, 2004).

<sup>15</sup> Neste levantamento, pode haver obras não contabilizadas, publicadas por editoras com menor distribuição.

<sup>16</sup> Relevante sinalizar o reconhecimento do gênero como um conceito relacional e não somente associado aos Estudos de/sobre Mulheres, conforme predominou nas décadas de 1980 e 1990 na EF no Brasil. Das últimas obras publicadas e identificadas entre 2010-2017, apenas três abordam os estudos de gênero com foco nas mulheres (DEVIDE, 2012; MOURÃO; TAVARES, 2016a, 2016b).

<sup>17</sup> Importante destacar, contudo, a existência de vários pesquisadorxs no campo dos Estudos de Gênero na EF com significativa produção acadêmica nos formatos: capítulo, artigo e trabalho em congresso.

<sup>18</sup> Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero na Educação Física (GREGEF).

O segundo argumento para o estudo do Gênero na EF é a necessidade do rompimento da ordem linear e compulsória entre sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2003). Para a autora, tal equação produz ‘gêneros inteligíveis’ que mantêm coerência entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a expressão de ambos sobre o direcionamento do desejo sexual, garantindo a heterossexualidade como ‘regime de verdade’ (POCAHY, 2017).

A diferença entre os sexos é também a marca do ferro em brasa de um regime arbitrário sobre os desejos – expressa em uma linha de inteligibilidade amalgamada sobre corpo-gênero sexualidade-prazer-desejo. Uma sequência dura e causal, tornada algo natural, evidente e incontestável, ritualizada e recitada de forma a conferir sua suposta realidade (POCAHY, 2017, p. 50).

Somente a partir da desconstrução da relação de causa e efeito entre o sexo-gênero-desejo, poderemos acessar a diversidade de comportamentos que cruzam fronteiras de gênero como mais uma forma de expressão dos corpos nos espaços cotidianos, como a escola. As práticas sociais dxs alunxs devem escapar ao binarismo, sendo interpretadas como mais uma forma de expressão de um corpo sexuado, que ocupa espaços diversos, que não devem ser rotulados como masculinos ou femininos e não possuem relação direta com sua sexualidade.

Um exemplo típico nas aulas de EFe é o da menina que demonstra interesse e habilidades para jogar futebol ou praticar lutas; ou do menino, que possui interesse e habilidades com atividades rítmicas e expressivas, como a dança ou o teatro, ambxs expressando um desejo/sexualidade heterossexual. Para a sociedade heteronormativa, o cruzamento de fronteiras de gênero a partir da escolha de práticas corporais socialmente generificadas como masculinas ou femininas, associa, respectivamente, meninas e meninos, ao desejo homossexual, gerando preconceitos e barreiras de ordem social, cultural e religiosa. Entretanto, a suposta ordem sexo-gênero-desejo não é linear e os preconceitos enfrentados por aquelxs que cruzam as fronteiras desse terreno binário precisam ser enfrentados. Para tal, o caráter imutável e binário do sexo, que impõe limites ao gênero e à sexualidade, reforçando a heterossexualidade compulsória, precisa ser repensado, sob a pena de continuarmos a marginalizar aquelxs que, ao escaparem à norma, são interpretadxs como “abjetos”, por promoverem uma descontinuidade na sequência sexo-gênero-desejo (LOURO, 2004).

O terceiro argumento que gostaria de apresentar refere-se às especificidades da EFe e o seu potencial para o ensino numa ótica que problematize as relações de gênero, desconstrua binarismos e combata preconceitos. A

EFe lida com corpos em movimento e com o ensino de conteúdos socialmente generificados, ou seja, tratados como masculinos ou femininos, gerando práticas de resistência, exclusão e violência pelxs discentes. Neste cenário movediço, nosso componente curricular apresenta características relevantes que permitem problematizar as relações de gênero a partir de uma abordagem coeducativa (SARAIVA, 2005), que problematize seus conteúdos de forma a não reforçarem a heteronormatividade como regime de verdade (PRADO, 2017).

Por exemplo, podemos abordar as desigualdades de gênero entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres nos diferentes espaços da EFe, problematizando a exclusão de meninos que não atendem às expectativas da masculinidade hegemônica na EFe; o domínio do espaço por meninos e a exclusão das meninas nas aulas; as causas das práticas de exclusão de meninos e meninas em relação aos cruzamentos de categorias como gênero, habilidade motora, força, idade, raça, classe, religião; a resistência de meninos e meninas na participação em práticas corporais socialmente generificadas ou os preconceitos enfrentados por ambos os grupos (CONNELL, 1995; DEVIDE; CUNHA; VOTRE, 2014; ALTMANN, 2015).

A EFe pode se tornar uma ferramenta no combate aos preconceitos de gênero usados para justificar práticas de resistência de discentes para vivência de conteúdos como danças, lutas ou futebol, assim como práticas de exclusão e violência entre meninos e meninas, entre meninos e entre meninas<sup>19</sup> (DA SILVA; DEVIDE, 2009; DEVIDE et al., 2010).

## Controle e vigilância sobre o debate sobre o gênero na Educação e na EF

Contudo, para a Educação, a Escola e a EFe assumirem esta tarefa, precisarão transpor barreiras de ordem histórica, política, social e legal, como o discurso de grupos conservadores sobre uma suposta ‘Ideologia de Gênero’ e a necessidade da exclusão dos termos ‘gênero’, ‘sexualidade’ ou ‘diversidade sexual’ de Planos de Educação nacional, estaduais e municipais (DOS ANJOS; GOELLNER, 2017; WENETZ; SCHWENGBER; DORNELLES, 2017).

Tal disputa iniciou-se em 2014, na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), cujo texto mencionava a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de *gênero*

---

<sup>19</sup> Os Estudos de Gênero também necessitam investigar as relações intrasexo, uma vez que a categoria de gênero é interseccionada por outras, como classe, etnia, religião, idade, deficiência, sexualidade, que na EFe se interpenetram e produzem práticas de exclusão entre meninos e meninas, entre meninas e entre meninos.

e *orientação sexual*. Entretanto, o Senado Federal, pressionado por grupos conservadores, modificou o texto final, que indica apenas a necessidade de “erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014)<sup>20</sup>. A mudança textual invisibilizou os termos ‘gênero’ e ‘orientação sexual’, silenciando-os no documento. Entretanto, Estados e Municípios EF têm autonomia para incluírem ou não os termos em seus Planos de Educação. Até 2016, treze dentre vinte e três Estados com Planos de Educação concluídos mencionam o tema do ‘gênero’<sup>21</sup> (DOS ANJOS; GOELLNER, 2017).

Os argumentos daqueles que se opõem ao aparecimento de termos como ‘gênero’ ou ‘sexualidade’ nos documentos oficiais e currículos escolares não apresentam arcabouço teórico que os sustente. Recaem, por exemplo, na existência de uma ‘Ideologia de gênero’ na escola, usada como estratégia para provocar um ataque ao modelo de família tradicional (pai, mãe e filhxs), reforçando a noção de que a natureza biológica de homens e mulheres deve determinar suas relações (heterossexuais). Wenez, Schwengber e Dornelles (2017) destacam que para os grupos conservadores, conter o avanço de uma ‘Ideologia de Gênero’ é uma garantia da manutenção da instituição familiar tradicional, instituída sobre bases biológicas e religiosas, negando sua dimensão cultural, que na sociedade contemporânea, reconhece a possibilidade de novas conjugalidades e configurações familiares.

A defesa da discussão de gênero como produto de uma suposta ‘Ideologia’ visa afirmar que tal debate é ilegítimo na escola e que, portanto, a instituição deveria manter uma neutralidade ou imparcialidade a partir da abordagem, tão somente, dos conteúdos disciplinares dos componentes do seu currículo, o que ignora e contrapõe uma densa reflexão acumulada há décadas na academia, sobre Teorias da Educação e Formação Docente.

Retomando um dos argumentos em defesa da abordagem do Gênero na escola e na EFe, com fins de transformação social, silenciar-se enquanto espaço político e pedagógico, colabora para a manutenção do *status quo* que tem excluído milhares de crianças, jovens, adolescentes e adultos de espaços sociais, em virtude de suas identidades de gênero e/ou sexual. Tal atitude tem legitimado a desigualdade, o preconceito e a violência sofrida por mulheres, homossexuais e transgêneros, tornando o espaço escolar hostil para tais grupos, que tende a abandoná-lo após vivenciarem diferentes tipos de violência.

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 24 out. 2017.

<sup>21</sup> Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Alagoas e Rio Grande do Norte. Os Estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo não haviam concluído seus documentos.

Na contramão de grupos conservadores e das manobras para supressão ou silenciamento do debate sobre o ‘gênero’ nos documentos oficiais, o Ministério da Educação (MEC), pela Resolução N° 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior<sup>22</sup> e para a formação continuada, explicita em seu Capítulo V - Da formação inicial do magistério da educação básica em nível superior: estrutura e currículo - Art. 13. § 2º, que:

Os cursos de formação **deverão garantir nos currículos conteúdos** específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, **diversidades** étnico-racial, **de gênero, sexual**, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, grifos nossos).

O documento ainda determina que os referidos cursos de formação de professorxs em funcionamento deverão se adequar à Resolução em até dois anos, a contar de sua publicação (BRASIL, 2015). Portanto, há um paradoxo no qual, de um lado, documentos oficiais suprimem e silenciam o debate sobre Gênero no PNE e em alguns Planos Estaduais e Municipais; e de outro, o MEC legislando que os cursos de Licenciatura do país garantam conteúdos sobre diversidade de ‘gênero’ e ‘sexual’, legitimando a relevância da abordagem desses temas na formação de professorxs do país, para que possam tratá-los de forma adequada em seu fazer pedagógico, o que presuppõe, sejam abordados nas escolas do Brasil.

### Escassez do debate sobre Gênero na formação inicial em EF

A partir dessas reflexões, cabe-nos pensar sobre a formação inicial na Licenciatura em EF e a intervenção pedagógica na EFe. Estudos têm demonstrado que a formação inicial em EF tem abordado o debate sobre o ‘gênero’ e a ‘sexualidade’ de forma marginal nos cursos de Licenciatura (CORREIA; DEVIDE; MURAD, 2017; ARAÚJO, 2018), colaborando para o desconhecimento de diretrizes legais e educativas para o combate à violência e discriminação por homofobia e transfobia na escola (PRADO, 2017).

---

<sup>22</sup> Cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduadxs e cursos de segunda licenciatura.

Após a publicação da Resolução N° 2, estudo recente realizado em quatro IES públicas do Rio de Janeiro com cursos de Licenciatura em EF, concluiu que os mesmos conferem pouca visibilidade ao debate sobre ‘gênero’ e ‘sexualidade’ na formação inicial (ARAÚJO, DEVIDE, 2019). A análise documental indicou que apenas quatro disciplinas, de três IES, abordam as temáticas do ‘gênero’ e/ou da ‘sexualidade’ com especificidade, sendo duas destas optativas, ou seja, nem todos licenciandos cursam. Tais temáticas são marginalizadas na formação inicial em EF, colaborando para o despreparo dos docentes em problematizarem as relações de gênero nas aulas, dificultando uma abordagem efetiva no combate aos estereótipos, preconceitos e práticas de exclusão por gênero e sexualidade na EFe.

A literatura tem sinalizado a escassez do debate sobre o ‘gênero’ na formação inicial e o impacto desta lacuna na intervenção pedagógica na EFe, impedindo a construção de uma prática coeducativa (SARAIVA, 2005) que promova a inclusão, desmistifique estereótipos de gênero, combata preconceitos e práticas de exclusão (ALTMANN, 2013, 2015). Isso só ocorrerá quando docentes de EFe, com ferramentas didáticas apropriadas, atuarem com olhar crítico e reflexivo sobre as relações de gênero e sexualidade que atravessam as práticas corporais, contribuindo para a formação de alunos questionadores sobre posturas sexistas e generificadas sobre as práticas corporais da EFe.

Tal cenário colabora para um quadro de invisibilização dessas questões recorrentes na EFe. Tal quadro colabora para que haja reprodução de preconceitos e estereótipos de gênero, a partir de ações bem intencionadas, mas ingênuas de docentes, que sem ferramentas didáticas para tratar as relações de gênero nas aulas, criam novos formatos para o ensino de conteúdos, potencializando desigualdades de gênero, utilizando a linguagem de forma a criar assimetrias de gênero ou selecionando conteúdos que privilegiam um grupo em detrimento do outro, reforçando hierarquias entre meninos e meninas, naturalizando desigualdades de gênero, construídas na cultura, a partir de diferenças biológicas.

### Por uma Pedagogia *Queer* no ensino da EFe

No intuito de apontar direções de ação para os Estudos de Gênero na EF, ressaltamos os desafios educacionais contemporâneos, entre os quais a necessidade de uma ‘pedagogia para a diversidade’, que eduque nossos alunos para uma prática social de respeito e valorização das diferenças de ordem estética, religiosa, étnico-racial, de classe, gênero ou sexualidade.

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram [...] mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e [...] que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem mais se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis (LOURO, 2004, p. 28-29).

A valorização e o respeito às diferenças de gênero, como nos sugere a autora, requer ‘estranhar o currículo’ e adotar uma ‘pedagogia *Queer*’. Tal Pedagogia desloca e descentra, com um currículo não-canônico, que escapa a enquadramentos, combatendo o binarismo de gênero masculino/feminino e os dualismos forte/frágil, racional/emocional, público/privado. Combate a hierarquização e a segregação de sujeitos considerados ‘diferentes’, assim como descarta o uso de ações ‘corretivas’ que tentam normalizá-los numa ótica heteronormativa. Uma Pedagogia *Queer* não busca, a partir da eleição hierárquica da heterossexualidade enquanto norma, ‘corrigir’ aqueles que dela se afastam. Para a autora, uma “pedagogia e um currículo *queer* ‘falam’ a todos e não se dirige apenas àqueles ou àquelas que se reconhecem nessa posição-de-sujeito, isto é, como sujeitos *queer*” (p. 52).

No contexto histórico-político atual, quando o debate sobre ‘gênero’ e ‘sexualidade’ é vigiado por setores conservadores, que condenam sua abordagem no âmbito escolar, a implementação de uma Pedagogia *Queer*, que assuma os pressupostos acima mencionados, se torna um desafio necessário. Conforme nos aponta Louro (2004): escola, professorxs e currículos não podem mais ignorar as mudanças manifestadas nas práticas sociais relativas ao gênero e à sexualidade de escolares. Entretanto, esses mesmos docentes, em sua maioria, têm lidado com questões a partir de estratégias didáticas que tendem a abordar as questões apenas pela ótica heteronormativa e binária, antes segura e estável. Mas sem respostas efetivas, se veem perplexos diante das situações postas pelos alunos sobre o ‘gênero’ e a ‘sexualidade’, que necessitam de uma abordagem não binária, que combata segregações, hierarquias e preconceitos, exigindo um novo fazer pedagógico, que pode encontrar na Pedagogia *Queer* uma ferramenta relevante.

### Considerações finais

Concluo ressaltando que a escola tem função primordial na mudança de um quadro de exclusão de sujeitos interpretados como diferentes, fora da norma, abjetos, anormais, entre outros adjetivos utilizados para nomear aqueles cujos corpos e práticas sociais escapam da heteronormatividade.

Para promover mudanças neste cenário de exclusão e violência, a escola e a EFe, através da intervenção pedagógica, devem promover uma Pedagogia e um Currículo que podem encontrar na Teoria *Queer* reflexões relevantes que forneçam aporte para a abordagem as relações de gênero de forma a desconstruir hierarquias, binarismos e categorias que buscam tornar estáveis identidades fluídas, mutáveis e em construção, localizadas na fronteira e, portanto, que escapam às categorias fixas de masculino ou feminino, heterossexual ou homossexual, homem ou mulher.

## Referências

- ALTMANN, H. *Educação física escolar: relações de gênero em jogo*. São Paulo: Cortez, 2015.
- ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sex., Salud Soc.*, n. 13, p. 69-82, 2013.
- ARAÚJO, A. B. C. de. DEVIDE, F. P. A abordagem das temáticas de “gênero” e “sexualidade” na formação em educação física: uma análise dos cursos de licenciatura das IES públicas do Rio de Janeiro. *Arquivos em Movimento*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 25-41, 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Edição Extra, p. 1, 26 jun. 2014. Seção 1.
- BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *MEC/CNE*, Brasília, DF, 2015.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.
- CORREIA, M. M.; DEVIDE, F. P.; MURAD, M. Discurso da licenciatura em Educação Física sobre as questões de gênero na formação profissional. In: DEVIDE, F. P. (Org.). *Estudos de gênero na educação física e no esporte*. Curitiba: Appris, 2017. p. 17-47.
- COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DA SILVA, C. A. F.; DEVIDE, F. P. Linguagem discriminatória e etnométodos de exclusão nas aulas de Educação Física escolar. *RBCE*, v. 30, n. 2, p. 181-197, 2009.
- DEVIDE, F. P. *Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres no século XX*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- DEVIDE, F. P. *História das mulheres na natação feminina brasileira: das adequações às resistências sociais*. São Paulo: Hucitec, 2012.

- DEVIDE, F. P. (Org.). *Estudos de gênero na educação física e no esporte*. Curitiba: Appris, 2017.
- DEVIDE, F. P. et al. Exclusão intrasexo em turmas femininas na Educação Física escolar: quando a diferença ultrapassa a questão de gênero. In: KNIJNIK, J. D.; ZUZZI, R. P. (Orgs.). *Meninas e meninos na educação física: gênero e corporeidade no século XXI*. Jundiaí: Fontoura, 2010. p. 87-105.
- DEVIDE, F. P. et al. Estudos de gênero na educação física brasileira. *Motriz*, v. 17, n. 1, p. 93-103, 2011.
- DEVIDE, F. P.; CUNHAS, J. P. F. da; VOTRE, S. J. Representations of Teachers about the Relation between Physical Education Contents and Gender Identities. In: MILLER, B. L. (Org.). *Gender Identity: Disorders, developmental perspectives and social implications*. Hauppauge New York: Nova Science Publishers, 2014. p. 223-252.
- DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. (Orgs.). *Educação física e gênero: desafios educacionais*. Ijuí: Unijuí, 2014.
- DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. (Orgs.). *Educação física e sexualidade: desafios educacionais*. Ijuí: Unijuí, 2017. v. 1.
- DOS ANJOS, L. A.; GOELNNER, S. V. Esporte e transgeneridade: corpos, gêneros e sexualidades plurais. In: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. (Orgs.). *Educação física e sexualidade: desafios educacionais*. Ijuí: Unijuí, 2017. v. 1. p. 51-72.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2011a.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011b.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: do nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOELLNER, S. V. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física. In: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. (Orgs.). *Educação física e gênero: desafios educacionais*. Ijuí: Unijuí, 2014. p. 23-43.
- KNIJNIK, J. D. *A Mulher brasileira e o esporte: seu corpo, sua história*. São Paulo: Mackenzie, 2003.
- KNIJNIK, J. D. *Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- KNIJNIK, J. D.; ZUZZI, R. P. *Meninas e meninos na educação física: gênero e corporeidade no século XXI*. Jundiaí: Fontoura, 2010.
- LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2001b.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

- LOUZADA DE JESUS, M.; DEVIDE, F. P.; VOTRE, S. J. Apresentação e análise de trabalhos acerca da distribuição dos alunos por sexo nas aulas de educação física escolar. *Movimento*, v. 14, n. 2, p. 83-98, 2008.
- LUCKESI, C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 2010.
- LUZ JÚNIOR, A. *Educação física e gênero: olhares em cena*. São Luís: UFMA/CORSUP, 2003.
- MISKOLCI, R. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MOURÃO, L.; TAVARES, M. *Alta na Ponta: conversas com Isabel Salgado, Jaqueline Silva e Vera Mossa*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016b.
- MOURÃO, L.; TAVARES, M. *Mulheres em Manchete: a potência da geração de voleibol dos anos 1980*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016a.
- POCAHY, F. A. A heterossexualidade como regime de verdade: problematizações na cama do humano moderno. In: GIVIGI, A. C. N.; DORNELLES, P. G. (Orgs.). *Babado acadêmico no recôncavo baiano: universidade, gênero e sexualidade*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 49-62.
- PRADO, V. M. “Fica no gol para pegar as bolas”: Educação Física escolar e o dispositivo da (homo)sexualidade. In: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. (Orgs.). *Educação física e sexualidade: desafios educacionais*. Ijuí: Unijuí, 2017. v. 1. p. 109-129.
- ROMERO, E. (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papirus, 1995.
- ROMERO, E. (Org.). *Mulheres em movimento*. Vitória: Ed UFES, 1997.
- ROMERO, E.; PEREIRA, E. G. (Orgs.). *Universo do corpo: masculinidades e feminilidades*. Rio de Janeiro: SHAPE/FAPERJ, 2008.
- SABATEL, G. M. G. et al. Gênero e sexualidade na Educação Física escolar: um balanço da produção de artigos científicos no período de 2004 a 2014 nas bases do Lilacs e Scielo. *Pensar a Prática*, v. 19, n. 1, p. 196-208, 2016.
- SARAIVA, M. do C. *Coeducação física e esportes: Quando a diferença é mito*. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2005.
- SAVIANNI, D. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, J. O enigma da Igualdade. *Estudos Feministas*, v. 13, n. 216, p.11-30, 2005.
- SIMÕES, A. C. (Org.). *Mulher & esporte: mitos e verdades*. São Paulo: Manole, 2003.
- SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. (Org.). *O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho*. São Paulo: Aleph, 2004.
- SOUZA, G. C. de; MOURÃO, L. *Mulheres do tatame: o judô feminino no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
- VOTRE, S. (Org.). *A Representação social da mulher na educação física e no esporte*. Rio de Janeiro: UGF, 1996.

- VOTRE, S. (Org.). *Gênero e atividade física*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2011.
- WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V.; DORNELLES, P. G. Caminhos teóricos do trato com a sexualidade na educação física: uma análise inicial das produções na área (2001-2015). In: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. (Orgs.). *Educação física e sexualidade: desafios educacionais*. Ijuí: Unijuí, 2017. v. 1. p. 23-49.